

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
Motivos de Reapresentação	80

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304
Preferenciais	78.873
Total	188.177
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Ordinária		1,12834
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	1,12834
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	1,24118
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Ordinária		0,33522
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	0,33522
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	18/04/2012	Dividendo	09/05/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,36874

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	6.926.716	6.063.089
1.01	Ativo Circulante	1.496.644	1.350.681
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	226.040	180.756
1.01.02	Aplicações Financeiras	39.744	34.667
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	39.744	34.667
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	39.744	34.667
1.01.03	Contas a Receber	915.986	939.057
1.01.03.01	Clientes	915.986	939.057
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	915.986	939.057
1.01.04	Estoques	11.582	10.481
1.01.06	Tributos a Recuperar	189.676	108.237
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	189.676	108.237
1.01.06.01.01	Imposto de Renda - IR	62.836	39.736
1.01.06.01.02	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	58.368	6.483
1.01.06.01.03	Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	49.103	43.399
1.01.06.01.04	Programa de Integração Social - PIS	3.093	1.430
1.01.06.01.05	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	14.030	15.093
1.01.06.01.06	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.503	1.354
1.01.06.01.07	Outros	743	742
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.237	3.669
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	102.379	73.814
1.01.08.03	Outros	102.379	73.814
1.01.08.03.01	Entidade de Previdência Privada	6.980	6.156
1.01.08.03.02	Serviços em curso	72.056	44.958
1.01.08.03.03	Outros ativos circulantes	23.343	22.700
1.02	Ativo Não Circulante	5.430.072	4.712.408
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.261.247	1.419.429
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	41.188	52.598
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	41.188	52.598
1.02.01.03	Contas a Receber	171.885	256.602
1.02.01.03.01	Clientes	171.885	256.602
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	397	211
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	397	211
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.047.777	1.110.018
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a recuperar	70.766	58.794
1.02.01.09.04	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	194.922	208.586
1.02.01.09.05	Depositos Judiciais	180.864	139.809
1.02.01.09.06	Entidade de Previdência Privada	29.428	35.119
1.02.01.09.07	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	1.564.615	659.635
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	7.182	8.075
1.02.02	Investimentos	10.034	12.117
1.02.04	Intangível	3.158.791	3.280.862
1.02.04.01	Intangíveis	3.158.791	3.280.862

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	6.926.716	6.063.089
2.01	Passivo Circulante	1.727.157	1.259.704
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.775	33.326
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52.775	33.326
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	52.775	33.326
2.01.02	Fornecedores	446.891	395.330
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	446.891	395.330
2.01.03	Obrigações Fiscais	217.258	132.903
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	147.120	55.612
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	37.884	3.712
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	7.290	7.289
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	32.532	32.844
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	8.104	6.928
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	801	1.116
2.01.03.01.06	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	55.957	0
2.01.03.01.07	Outros	4.552	3.723
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	65.940	72.810
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	65.940	72.810
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.198	4.481
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	4.198	4.481
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	536.761	415.905
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	348.842	312.973
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	327.608	280.726
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	21.234	32.247
2.01.04.02	Debêntures	187.919	102.932
2.01.05	Outras Obrigações	452.439	263.837
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	83	80
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	83	80
2.01.05.02	Outros	452.356	263.757
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	261.283	31.247
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	73.679	54.233
2.01.05.02.05	Outros passivos circulantes	117.394	178.277
2.01.06	Provisões	21.033	18.403
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	21.033	18.403
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	851	712
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	13.433	11.099
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	6.749	6.592
2.02	Passivo Não Circulante	2.568.230	2.505.448
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.314.976	2.299.098
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.177.957	2.026.566
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.909.933	1.776.443
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	268.024	250.123
2.02.01.02	Debêntures	137.019	272.532
2.02.02	Outras Obrigações	85.444	87.475
2.02.02.02	Outros	85.444	87.475

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.402	2.402
2.02.02.02.03	Fornecedores	27.114	25.397
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	12.810	30.787
2.02.02.02.05	Impostos e Contribuições a recolher	4.097	3.183
2.02.02.02.06	Entidade de Previdência Privada	1.688	1.688
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	37.333	24.018
2.02.03	Tributos Diferidos	43.286	9.514
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.286	9.514
2.02.04	Provisões	124.524	109.361
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	124.524	109.361
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.160	9.109
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	76.119	62.895
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	38.245	37.357
2.03	Patrimônio Líquido	2.631.329	2.297.937
2.03.01	Capital Social Realizado	542.163	542.163
2.03.02	Reservas de Capital	698.050	698.050
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	339.052	339.052
2.03.02.07	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	18.569	18.569
2.03.02.08	Reserva de Incentivos Fiscais	340.429	340.429
2.03.04	Reservas de Lucros	725.996	1.009.659
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	725.996	725.568
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	284.091
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	554.853	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	110.267	48.065

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.504.764	4.217.278	1.256.336	3.581.584
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.073.669	-2.959.221	-849.590	-2.390.440
3.03	Resultado Bruto	431.095	1.258.057	406.746	1.191.144
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-149.805	-441.902	-126.645	-350.691
3.04.01	Despesas com Vendas	-91.482	-278.718	-70.850	-201.573
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-58.323	-163.184	-55.795	-149.118
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	281.290	816.155	280.101	840.453
3.06	Resultado Financeiro	-45.603	-158.093	-45.181	-130.566
3.06.01	Receitas Financeiras	44.264	196.201	93.451	200.408
3.06.02	Despesas Financeiras	-89.867	-354.294	-138.632	-330.974
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	235.687	658.062	234.920	709.887
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-35.685	-103.209	-30.807	-97.486
3.08.01	Corrente	-25.611	-87.970	-32.395	-96.600
3.08.02	Diferido	-10.074	-15.239	1.588	-886
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	200.002	554.853	204.113	612.401
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	200.002	554.853	204.113	612.401
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,03000	2,86000	1,05000	3,15000
3.99.01.02	PNA	1,03000	2,86000	1,05000	3,15000
3.99.01.03	PNB	1,13000	3,14000	1,16000	3,47000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	200.002	554.853	204.113	612.401
4.02	Outros Resultados Abrangentes	36.028	62.202	3.588	14.648
4.02.01	Ajustes ativos financeiros da Concessão	54.589	94.245	5.351	22.009
4.02.02	Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-18.561	-32.043	-1.763	-7.361
4.03	Resultado Abrangente do Período	236.030	617.055	207.701	627.049

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	841.661	879.680
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.193.867	1.162.365
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício (Antes dos Impostos)	658.064	709.884
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	182.977	172.304
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	194.859	176.105
6.01.01.04	Valor residual do ativo intangível	6.008	10.984
6.01.01.05	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	20.240	31.153
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.719	61.935
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-352.206	-282.685
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-23.773	-134.011
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-88.766	-53.822
6.01.02.03	Estoques	-1.101	-3.544
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-35.906	2.210
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-7.568	-4.656
6.01.02.06	Entidade de previdência privada	4.867	-8.331
6.01.02.07	Coligadas e controladas (líquido)	-177	-165
6.01.02.08	Outros ativos	69.120	61.254
6.01.02.09	Fornecedores	53.275	26.074
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	19.449	16.031
6.01.02.11	Encargos de dívidas e swap pagos	-153.100	-146.557
6.01.02.12	Taxas regulamentares	-116.756	-392
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais a recolher	-2.726	4.667
6.01.02.14	Indenizações/contingências pagas	-21.477	-32.212
6.01.02.15	Outras passivos	-47.567	-9.231
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.005.818	-751.462
6.02.01	Aquisição de investimentos	2.084	0
6.02.02	Intangível	-1.018.440	-752.817
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	10.538	1.355
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	209.441	-61.276
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	279.029	690.032
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-114.554	-120.656
6.03.03	Amortização do principal de debêntures	-57.189	-155.321
6.03.04	Obrigações vinculadas	155.787	109.125
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-53.632	-584.456
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	45.284	66.942
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	180.756	101.277
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	226.040	168.219

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.009.659	0	48.065	2.297.937
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.009.659	0	48.065	2.297.937
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	428	0	0	428
5.04.08	Reversão de Dividendos / JSCP prescritos	0	0	428	0	0	428
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	554.853	62.202	617.055
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	554.853	0	554.853
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	62.202	62.202
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	94.245	94.245
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-32.043	-32.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-284.091	0	0	-284.091
5.06.04	Dividendos propostos	0	0	-284.091	0	0	-284.091
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	725.996	554.853	110.267	2.631.329

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.163	698.050	1.116.637	0	19.862	2.376.712
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.163	698.050	1.116.637	0	19.862	2.376.712
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	39	-360.068	0	-360.029
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-275.043	0	-275.043
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-85.025	0	-85.025
5.04.08	Reversão de Dividendos / JSCP prescritos	0	0	39	0	0	39
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	612.401	14.648	627.049
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	612.401	0	612.401
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	14.648	14.648
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	22.009	22.009
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.361	-7.361
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-469.098	0	0	-469.098
5.06.04	Dividendos propostos	0	0	-469.098	0	0	-469.098
5.07	Saldos Finais	542.163	698.050	647.578	252.333	34.510	2.174.634

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	5.754.551	5.041.614
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.891.211	5.103.376
7.01.02	Outras Receitas	-4.941	174
7.01.02.01	Resultado alienação/desativação bens e direitos	-4.941	174
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-131.719	-61.936
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.066.627	-2.471.850
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.930.572	-1.638.408
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.136.055	-833.442
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.687.924	2.569.764
7.04	Retenções	-188.410	-179.523
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-188.410	-179.523
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.499.514	2.390.241
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	196.201	200.408
7.06.02	Receitas Financeiras	196.201	200.408
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.695.715	2.590.649
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.695.715	2.590.649
7.08.01	Pessoal	147.065	151.879
7.08.01.01	Remuneração Direta	105.988	91.988
7.08.01.04	Outros	41.077	59.891
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	23.670	23.278
7.08.01.04.02	Entidade de previdência privada	4.918	3.241
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	10.037	7.649
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios	4.134	3.788
7.08.01.04.05	Férias e 13º salário	24.856	20.594
7.08.01.04.06	Plano de saúde	10.180	8.075
7.08.01.04.07	Indenizações trabalhistas	2.574	15.338
7.08.01.04.08	Participação nos resultados	26.733	30.181
7.08.01.04.09	Administradores	1.813	2.195
7.08.01.04.10	Encerramento de ordem em curso	1.080	1.579
7.08.01.04.11	(-) Transferência para ordens	-68.918	-56.027
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.635.647	1.492.111
7.08.02.01	Federais	663.676	632.595
7.08.02.02	Estaduais	971.971	859.516
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	358.150	334.258
7.08.03.01	Juros	354.294	330.974
7.08.03.02	Aluguéis	3.856	3.284
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	554.853	612.401
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	85.025
7.08.04.02	Dividendos	554.853	527.376

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado da Bahia, que atende a uma população estimada de 14 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 563 mil Km² e fornece diretamente cerca de 74,0% da energia elétrica no Estado da Bahia, sendo o restante fornecido pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e autoprodutores.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES ATIVOS

Descrição	Evolução do número de clientes ativos					
			Variação Vertical		Variação Horizontal	
	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2012	30/9/2011	30/9/2012	
Residencial	4.557.709	4.439.701	88,13%	88,03%	118.008	2,66%
Industrial	20.110	20.763	0,39%	0,41%	(653)	-3,15%
Comercial	317.194	312.035	6,13%	6,19%	5.159	1,65%
Rural	203.094	199.494	3,93%	3,96%	3.600	1,80%
Poder Público	46.954	46.450	0,91%	0,92%	504	1,09%
Iluminação Pública	16.233	16.053	0,31%	0,32%	180	1,12%
Serviço Público	9.688	8.789	0,19%	0,17%	899	10,23%
Subtotal	5.170.982	5.043.285	99,99%	99,99%	127.697	2,53%
Consumo Próprio	394	335	0,01%	0,01%	59	17,61%
Suprimento	1	1	0,00%	0,00%	0	0,00%
Total	5.171.377	5.043.621	100,00%	100,00%	127.756	2,53%

A Companhia encerrou o 3º trimestre de 2012 com um número total de 5.171.377 consumidores, o que representa um crescimento de 2,53% em relação ao mesmo período de 2011. Esse crescimento representa um incremento de 127.756 novas unidades consumidoras na base comercial da Companhia.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 118.008 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados através do Programa Luz para Todos (LPT).

A classe industrial apresentou um decréscimo de -3,15% do número de consumidores ativos devido a migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre.

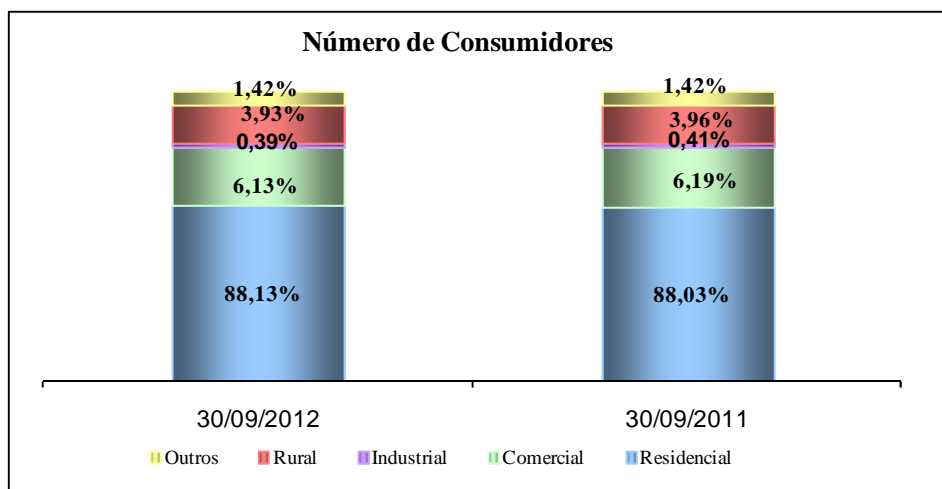
Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

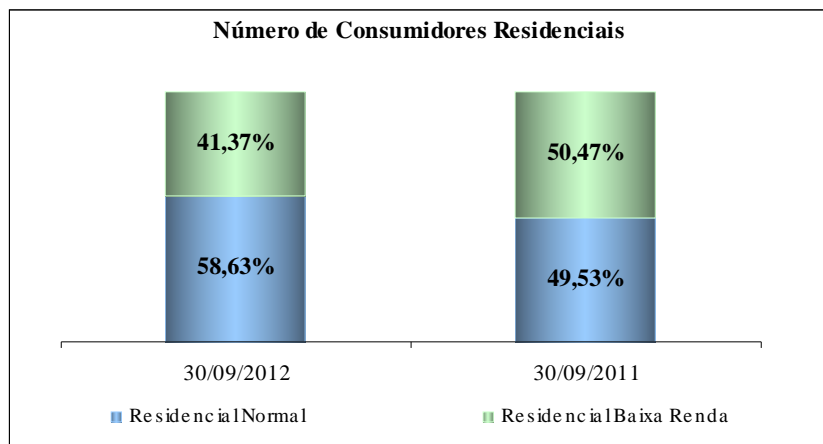
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O número de consumidores residenciais em setembro de 2012 representa 88,13% do total de clientes/contratos ativos, e destes 41,37% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010. Em setembro de 2011 esse número era de 50,47%, essa redução deve-se aos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO (%)



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL (%)



Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.1.2 COMPORTAMENTO DO MERCADO REGULADO – VENDAS DE ENERGIA

	Evolução das Vendas por classe em MWh (Mercado Cativo)					
	3º Trim.		Variação Vertical %		Variação Horizontal	
	30/09/2012	30/09/2011	3º Trim/12	3º Trim/11	30/09/2012	
Residencial	1.315.709	1.313.066	36,45%	34,57%	2.644	0,20%
Industrial	706.036	925.513	19,56%	24,37%	-219.477	-23,71%
Comercial	661.058	675.102	18,31%	17,77%	-14.044	-2,08%
Rural	375.685	362.764	10,41%	9,55%	12.921	3,56%
Poder Público	147.005	143.855	4,07%	3,79%	3.150	2,19%
Iluminação Pública	197.946	184.969	5,48%	4,87%	12.977	7,02%
Serviço Público	202.832	190.013	5,62%	5,00%	12.818	6,75%
Subtotal	3.606.271	3.795.282	99,91%	99,92%	-189.011	-4,98%
Consumo Próprio	3.370	3.172	0,09%	0,08%	198	6,24%
Total	3.609.641	3.798.454	100,00%	100,00%	-188.813	-4,97%

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no terceiro trimestre de 2012 foi de 3.609.641MWh, representando um decréscimo de 4,97% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de apenas 0,20%, atingindo um consumo de 1.315.709 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 36,45% e tem se beneficiado de programas sociais como o Luz para Todos e políticas de “distribuição de renda” como o bolsa família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe industrial registrou um decréscimo de 23,71% tendo esse resultado refletido a migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre fato este que vem ocorrendo em todas as distribuidoras do país, com mais vigor a partir de janeiro/12. A expectativa para o setor industrial brasileiro e baiano é de retomada gradual na produção industrial, esperando-se um retorno no ritmo de crescimento a partir do último trimestre de 2012.

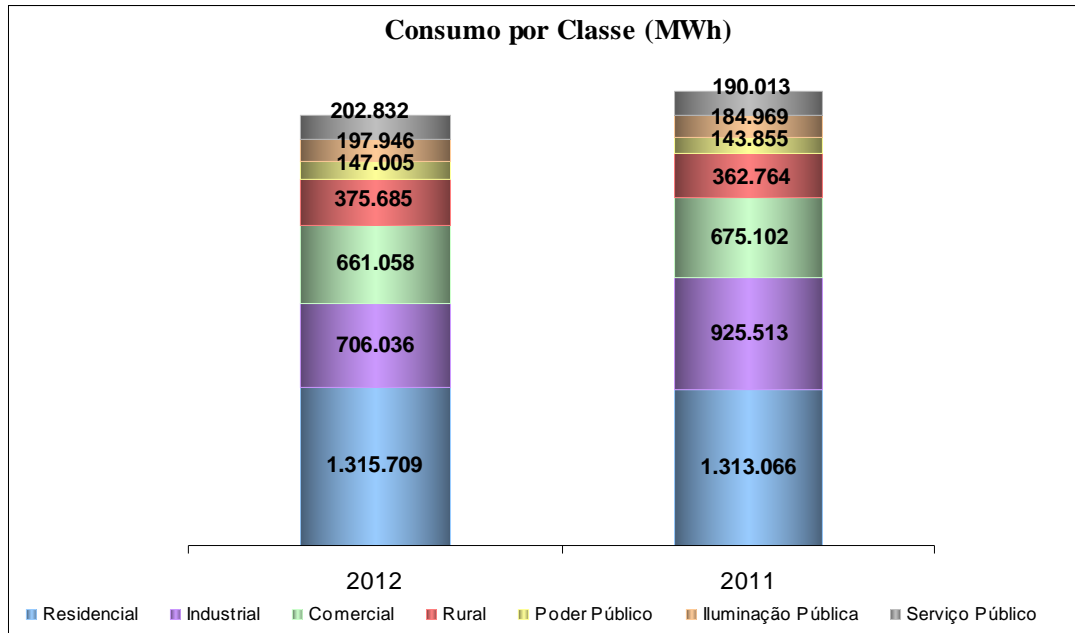
A classe comercial também apresentou um decréscimo de 2,08% e esse desempenho deve-se da mesma forma como ocorreu com a classe industrial à migração de clientes do mercado regulado para o livre, migração esta que vem sendo retomada mais fortemente desde janeiro/12.

Diferentemente do trimestre anterior, a classe rural, que apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, registrou crescimento de apenas 3,56% muito em função da menor utilização de equipamentos para irrigação, como consequência da maior incidência de chuvas, principalmente nas regiões oeste e norte, onde a participação da irrigação é relevante.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh



Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

LEILÃO ENERGIA EXISTENTE	%	Contratos		Residencial	%
2.299.211	49,4%	4.658.550		1.315.709	36,45
2.618.285	57,4%	4.559.600		1.313.066	34,57
ITAPEBI	%	Uso Distribuidoras		Industrial	%
471.881	10,1%	75		706.036	19,56
473.174	10,4%	59		925.513	24,37
TERMOPE	%	Mercado Livre		Comercial	%
143.520	3,1%	401.764		661.058	18,31
143.520	3,1%	186.864		675.102	17,77
NC ENERGIA	%	Perdas Rede Básica		Rural	%
3.500	0,1%	92.407		375.685	10,41
3.184	0,1%	92.273		362.764	9,55
AFLUENTE	%	Sobras		Outros	%
37.536	0,8%	276.404		551.153	15,27
37.536	0,8%	101.653		522.009	13,74
PROINFA	%				
100.523	2,2%				
103.061	2,3%				
MCS D	%				
130.462	2,8%				
90.960	2,0%				
LEILÃO ENERGIA NOVA	%				
997.198	21,4%				
725.560	15,9%				
TERMOAÇU	%				
364.320	7,8%				
364.320	8,0%				
OUTROS	%				
110.400					
-					

Injetada	Injetada	Mercado Próprio	%	Mercado Livre	%	Perda Distribuição	%	Uso Distribuidoras	%
4.691.579	4.691.579	3.609.641	76,94	401.764	8,56	680.099	14,50	75	0,00
4.552.598	4.552.598	3.798.454	83,43	186.864	4,10	567.221	12,46	59	0,00

Legenda:

3º Trimestre de 2012
3º Trimestre de 2011

A energia injetada atingiu o patamar de 4.691.579 MWh no terceiro trimestre de 2012, um crescimento de 3,0% com relação a igual período de 2011. Do total da energia injetada, 76,94% foi destinada ao consumo regulado, 8,56% para o consumo do mercado livre e 14,50% representam perdas no processo de distribuição.

O mercado livre* apresentou um aumento expressivo de 115% no terceiro trimestre de 2012 com relação ao mesmo trimestre de 2011, com um consumo de 401.764 MWh. Tal crescimento se deve à saída de clientes do mercado regulado para o mercado livre.

No terceiro trimestre de 2012, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram um crescimento de 2,04 pontos percentuais, em relação ao mesmo período do ano anterior.

*Mercado Livre – Consumidores com demanda \geq 3000KW que podem comprar de qualquer fornecedor.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

4. INVESTIMENTOS

	3º Trimestre 2012		Acumulado até 30/09/2012	
	Investimento	Subvenções	Investimento	Subvenções
	Total	Realizadas	Total	Realizadas
Distribuição	410.177	19.352	1.003.163	88.809
Comercialização	653	-	781	-
Administração	9.411	-	14.496	-
Total	420.241	19.352	1.018.440	88.809

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes, tendo sido investido no 3º trimestre de 2012 o montante de R\$ 420.241, sendo R\$ 19.352, equivalente a 4,60% com recursos de subvenções.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (principalmente o Programa Luz para Todos).

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

4.1 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014 com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A resolução ANEEL nº 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural para o período 2011 a 2014.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,11 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até setembro de 2012, a distribuidora já realizou 490.851 ligações e encontra-se em execução 1.658.

	<u>30/09/2012</u>
Ligações executadas até 2011	468.734
Ligações executadas no período de Jan. a Set. de 2012	<u>22.117</u>
Total de ligações executadas	490.851
Em execução	1.658
A executar	<u>23.595</u>
Ligações Totais do Programa LPT	<u><u>516.104</u></u>

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO TRIMESTRE

	<u>3º Trimestre</u>		<u>Varição</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>%</u>
Receita Bruta	2.038.506	1.781.838	256.668	14,40
Deduções da Receita Bruta	(533.742)	(525.502)	(8.240)	1,57
Receita Líquida	1.504.764	1.256.336	248.428	19,77
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.073.669)	(849.590)	(224.079)	26,37
Resultado Bruto	431.095	406.746	24.349	5,99
Outras Despesas Operacionais	(149.805)	(126.645)	(23.160)	18,29
Resultado do Serviço (I)	281.290	280.101	1.189	0,42
Amortização / Depreciação	64.754	58.352	6.402	10,97
Resultado Alienação	726	(1.261)	1.987	-157,57
EBITDA	346.770	337.192	9.578	2,84
Resultado Financeiro (II)	(45.603)	(45.181)	(422)	0,93
Resultado Operacional (I) + (II)	235.687	234.920	767	0,33
IR e CSLL	(35.685)	(30.807)	(4.878)	15,83
Lucro do Período	200.002	204.113	(4.111)	-2,01

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

5.1.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Companhia apresentou no terceiro trimestre de 2012 uma Receita Bruta de R\$ 2.038.506 (R\$ 1.781.838 no terceiro trimestre de 2011), representando um acréscimo de 14,40%, e uma Receita Líquida de R\$ 1.504.764 (R\$ 1.256.336 no terceiro trimestre de 2011), representando um acréscimo de 19,77%.

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- Crescimento da receita com fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 347.107 (+22,12%), devido a:
 - ✓ Reajuste tarifário médio para os consumidores de 6,57% (seis vírgula cinqüenta e sete por cento), conforme Resolução Homologatória n.º 1.282, de 17 de abril de 2012, aplicado a partir de 22 de abril de 2012.
 - ✓ Aumento do número de consumidores em 2,53% (dois vírgula cinqüenta e sete por cento) novas unidades consumidoras (variou de 5.043.621 no terceiro trimestre de 2011 para 5.171.377 no terceiro trimestre de 2012).

Em atendimento ao Despacho ANEEL no. 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de distribuição e comercialização utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos. Para o 3º. Trimestre de 2012 o percentual de reclassificação da receita ficou em torno de 67%. Destacamos as variações positivas identificadas nas tarifas de uso da rede (transporte) no último reajuste tarifário, em relação às tarifas de energia, o que faz com que o custo de transporte seja representativo no total da receita de distribuição de energia elétrica.

- Redução na subvenção baixa renda em decorrência da diminuição dos consumidores enquadrados como baixa renda, devido à adequação dos novos critérios da tarifa social, de acordo com a Resolução ANEEL no. 414, de 09/09/2010.
- Crescimento da receita de construção em R\$ 128.656 (+54,74%) devido ao aumento de investimentos comparados ao período anterior.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação –fornecimento de energia elétrica). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Dessa forma não gera nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia.

- Crescimento dos tributos de ICMS, PIS e COFINS (deduções da receita bruta) no montante de R\$ 18.923, R\$ 575 e R\$ 1.755 (6,01%, 2,20% e 1,46%), respectivamente, em decorrência principalmente do acréscimo da receita bruta de vendas e/ou serviços.
- Redução dos encargos com Conta Consumo de Combustível - CCC no montante de R\$ 22.543 (-85,97%) em função de redução do custo unitário proposto para o exercício de 2012 de R\$ 7,75 por MWh, bastante inferior ao custo unitário de R\$ 15,00 por MWh utilizado em 2011, conforme consta da Nota Técnica ANEEL no. 91, de 11 de abril de 2012.

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	3º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	520.799	442.532	78.267	17,69
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	72.890	64.277	8.613	13,40
Taxa de Fiscalização – TFSEE	2.281	2.280	1	0,04
	<u>595.970</u>	<u>509.089</u>	<u>86.881</u>	<u>17,07</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis				
Pessoal e Administradores	65.108	56.566	8.542	15,10
Material	2.635	3.749	(1.114)	-29,71
Serviços de terceiros	92.276	65.059	27.217	41,83
Depreciação e amortização	64.754	58.352	6.402	10,97
Provisões Líquidas - PCLD	25.568	36.996	(11.428)	-30,89
Provisões Líquidas - Contingências	5.263	12.769	(7.506)	-58,78
Custo de Construção	363.690	235.034	128.656	54,74
Outros	8.210	(1.379)	9.589	-695,36
	<u>627.504</u>	<u>467.146</u>	<u>160.358</u>	<u>34,33</u>
Total	<u>1.223.474</u>	<u>976.235</u>	<u>247.239</u>	<u>25,33</u>

Os custos e despesas operacionais no terceiro trimestre de 2012 correspondem a R\$ 1.223.474 (R\$ 976.235 no mesmo período de 2011), representando um crescimento de R\$ 247.239, equivalente a 25,33%.

Contribuíram para esse resultado:

- Crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda no montante de R\$ 78.267 (+ 17,69%), devido ao aumento no volume de energia injetada de 3,05% (+138.981 MWh), em decorrência do crescimento da energia requerida no fornecimento de energia elétrica.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Além disso, deve-se considerar os seguintes fatores: (i) novos contratos para compra de energia entraram em operação elevando os custos do período; (ii) reajuste dos contratos de compra de energia ocorrida após o reajuste tarifário de 22 de Abril de 2012, onde os contratos foram atualizados pelo IPCA do período; e (iii) redução da compra de energia contratada via leilão devido a algumas geradoras não terem entrado em operação no último trimestre, sendo necessário a compra de energia no curto prazo, com custo bem superior ao leilão.

- Crescimento da despesa com pessoal e administradores no montante de R\$ 8.542 (+15,10%), em decorrência da apropriação dos gastos com a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e Abono Salarial.
- Redução das provisões líquidas – PCLD no montante de R\$ 11.428, com a redução da inadimplência das classes Residencial e Residencial Baixa Renda, que havia sido impactado pelos novos critérios de fornecimento de energia estabelecidos pela ANEEL através da Resolução 414/2010 que impede o corte para dívidas vencidas há mais de 90 dias e limita o período para execução do corte em até 10 dias após o reaviso.
- Crescimento das despesas com serviços de terceiros no montante de R\$ 27.217 – 41,83%, devido principalmente a: (i) reajuste dos serviços; e (ii) aumento no volume de serviços realizados de poda de árvore e limpeza de faixa de servidão visando minimizar os impactos das fortes chuvas que ocasionam interrupção da rede elétrica e corte e religação com a intensificação das ações de campo (cobrança domiciliar, corte, acompanhamento de cortado e religações), com a finalidade de reduzir a inadimplência e melhorar a arrecadação.
- Aumento do custo de construção em R\$ 128.656, 54,74%, devido ao volume de investimentos. Vide comentários acima na Receita de Construção.

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	3º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	5.272	9.750	(4.478)	-45,93
Juros, comissões e acréscimo moratório	20.716	13.909	6.807	48,94
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	(61.670)	(63.503)	1.833	-2,89
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(9.921)	(5.337)	(4.584)	85,89
Total	(45.603)	(45.181)	(422)	0,93

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 45.603 no terceiro trimestre de 2012, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 45.181 no mesmo período de 2011, representando uma variação negativa de R\$ 422.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Contribuíram para esse resultado:

- Redução da receita de aplicações financeiras devido à redução do saldo médio de disponibilidade em relação ao período anterior.
- Aumento da receita de juros, comissões e acréscimo moratório em R\$ 6.807, justificado pelo período anterior estar impactado pela mudança na metodologia de cálculo dos juros de mora em parcelamentos de contas de energia.
- Aumento de outras receitas (despesas) financeiras líquidas em R\$ 4.584, devido a apropriação de débitos financeiros oriundos da implantação do Sistema Comercial CCS.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Empresariais	Acumulado Até		Variação % 2012/2011
	30/09/2012	30/09/2011	
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	5.891.211	5.103.376	15,44%
Receita Operacional Líquida	4.217.278	3.581.584	17,75%
EBITDA	1.004.073	1.012.585	-0,84%
Resultado do Serviço	821.096	840.453	-2,30%
Resultado Financeiro sem JSCP	-158.093	-130.566	21,08%
Lucro Líquido	554.853	612.401	-9,40%
Margem EBITDA (%)	23,8%	28,3%	-15,79%
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	29,8%	31,6%	-5,85%
Margem Operacional (%)	19,5%	23,5%	-17,03%
Margem Líquida (%)	13,2%	17,1%	-23,05%

Indicadores Financeiros			Variação %
	30/09/2012	30/09/2011	2012/2011
Ativo Total	6.926.716	6.034.662	14,78%
Dívida Bruta	2.851.737	2.538.704	12,33%
Patrimônio Líquido	2.631.329	2.270.293	15,90%
Investimentos	1.018.440	752.813	35,28%
Dívida Total Líquida	2.544.765	2.297.491	10,76%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	2,00	1,63	22,60%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PI)	0,49	0,50	-2,25%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líq	0,11	0,05	112,97%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,38	0,38	0,98%

Indicadores de Produtividade			Variação %
	30/09/2012	30/09/2011	2012/2011
Nº de Empregados	2.534	2.523	0,44%
Nº de Consumidores	5.171.377	5.043.621	2,53%
Consumidores/Empregados	2.041	1.992	2,45%
Custos/Consumidores	0,19	0,10	93,72%
Receita Operacional Líquida/Empregados (**)	1.664	1.415	17,62%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses

(**) ROL sem a Receita de Construção

O número de consumidores apresentou um crescimento de 2,53%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados. O índice ROL/Empregados está influenciando positivamente pelo aumento da receita líquida.

Comentário do Desempenho

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COMENTÁRIO DE DESEMPENHO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Conciliação EBITDA (*)	3º Trim.		Variação % 2012/2011	Acumulado Até		Variação % 2012/2011
	2012	2011		30/09/2012	30/09/2011	
Lucro líquido	200.002	204.113	-2,0%	554.853	612.401	-9,4%
Despesas financeiras	89.867	138.632	-35,2%	354.294	330.974	7,0%
Receitas financeiras	-44.264	-93.451	-52,6%	-196.201	-200.408	-2,1%
Resultado Desativação Bens e Direitos	726	-1.261	-157,6%	4.941	-174	-2939,7%
Imposto de renda	31.131	26.087	19,3%	89.547	83.323	7,5%
Amortização	64.754	58.352	11,0%	182.977	172.306	6,2%
Amortização de ágio	4.554	4.720	-3,5%	13.662	14.163	-3,5%
EBITDA	346.770	337.192	2,8%	1.004.073	1.012.585	-0,8%

6. ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ 2.538.704 em 30 de setembro de 2011 para R\$ 2.851.737 em 30 de setembro de 2012. Este acréscimo de 12,33% ocorreu principalmente em função de ingressos financeiros de contratos já existentes.

A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o terceiro trimestre de 2012 com R\$ 2.544.765 (R\$ 2.297.491 em 30 de setembro de 2011), 10,76% maior do que a verificada no período anterior.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 1,63 em 30 de setembro de 2011 para 2,00 em 30 de setembro de 2012 devido ao crescimento da dívida líquida que foi superior ao crescimento do EBITDA no período.

A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre curto e longo prazo.



Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	226.040	180.756
Contas a receber de clientes e outros	4	915.986	939.057
Títulos e valores mobiliários	5	39.744	34.667
Impostos e contribuições a recuperar	6	189.676	108.237
Estoques		11.582	10.481
Despesas pagas antecipadamente		11.237	3.669
Entidade de previdência privada		6.980	6.156
Serviços em curso	7	72.056	44.958
Outros ativos circulantes	8	23.343	22.700
TOTAL DO CIRCULANTE		1.496.644	1.350.681
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	171.885	256.602
Títulos e valores mobiliários	5	41.188	52.598
Impostos e contribuições a recuperar	6	70.766	58.794
Coligadas e controladora		397	211
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		194.922	208.586
Depósitos judiciais	10	180.864	139.809
Entidade de previdência privada		29.428	35.119
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	1.564.615	659.635
Outros ativos não circulantes	8	7.182	8.075
Outros investimentos		10.034	12.117
Intangível	12	3.158.791	3.280.862
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.430.072	4.712.408
ATIVO TOTAL		6.926.716	6.063.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	446.891	395.330
Empréstimos e financiamentos	14	348.842	312.973
Debêntures	15	187.919	102.932
Salários e encargos a pagar	16	52.775	33.326
Taxas regulamentares	17	73.679	54.233
Impostos e contribuições a recolher	18	217.258	132.903
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	261.283	31.247
Provisões	20	21.033	18.403
Outros passivos circulantes	21	117.394	178.277
TOTAL DO CIRCULANTE		1.727.074	1.259.624
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	27.114	25.397
Empréstimos e financiamentos	14	2.177.957	2.026.566
Debêntures	15	137.019	272.532
Taxas regulamentares	17	12.810	30.787
Impostos e contribuições a recolher	18	4.097	3.183
Impostos e contribuições diferidos	9	43.286	9.514
Provisões	20	124.524	109.361
Entidade de previdência privada		1.688	1.688
Coligadas e controladora		83	80
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	21	37.333	24.018
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.568.313	2.505.528
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		725.996	725.568
Outros resultados abrangentes		110.267	48.065
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	284.091
Lucro do período		554.853	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.631.329	2.297.937
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		6.926.716	6.063.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.

	Notas	01/07/2012 a 30/09/2012	30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011	30/09/2011
RECEITA LÍQUIDA	23	1.504.764	4.217.278	1.256.336	3.581.584
Custo do serviço	24	(1.073.669)	(2.959.221)	(849.590)	(2.390.440)
LUCRO BRUTO		431.095	1.258.057	406.746	1.191.144
Despesas com vendas		(91.482)	(278.718)	(70.850)	(201.573)
Despesas gerais e administrativas		(58.323)	(163.184)	(55.795)	(149.118)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		281.290	816.155	280.101	840.453
Resultado financeiro		(45.603)	(158.093)	(45.181)	(130.566)
Receita financeira	25	44.264	196.201	93.451	200.408
Despesa financeira	25	(89.867)	(354.294)	(138.632)	(330.974)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		235.687	658.062	234.920	709.887
Imposto de renda e contribuição social		(35.685)	(103.209)	(30.807)	(97.486)
Corrente		(61.585)	(207.361)	(67.839)	(208.601)
Diferido		(5.520)	(1.577)	6.309	13.277
Incentivo SUDENE		35.974	119.391	35.444	112.001
Amortização do ágio e reversão PMIPL		(4.554)	(13.662)	(4.721)	(14.163)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		200.002	554.853	204.113	612.401
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		1,03	2,86	1,05	3,15
Preferencial A		1,03	2,86	1,05	3,15
Preferencial B		1,13	3,14	1,16	3,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais

	<u>01/07/2012 a</u> <u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>01/07/2011 a</u> <u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro do período	200.002	554.853	204.113	612.401
Outros resultados abrangentes				
Ajustes ativos financeiros da Concessão	54.589	94.245	5.351	22.009
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	(18.561)	(32.043)	(1.763)	(7.361)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	36.028	62.202	3.588	14.648
Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	236.030	617.055	207.701	627.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital			Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Agro	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	542.163	339.052	340.429	473.628	108.433	65.069	409	19.862	-	469.098	2.376.712
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	39	-	-	-	39
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	39	-	-	-	39
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	612.401	-	612.401
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	22.009	-	-	22.009
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	(7.361)	-	-	(7.361)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	14.648	-	-	14.648
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.025)	-	(85.025)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(275.043)	-	(275.043)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(469.098)	-	(469.098)
Saldo em 30 de setembro de 2011	542.163	339.052	340.429	473.628	108.433	65.069	448	34.510	252.333	-	2.174.634
Saldo em 31 de dezembro de 2011	542.163	339.052	340.429	616.687	108.433	-	449	48.065	-	284.091	2.297.937
Reversão de Dividendos / JSCP prescritos	-	-	-	-	-	-	428	-	-	-	428
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	428	-	-	-	428
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	-	-	554.853	-	554.853
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	94.245	-	-	94.245
Tributos s/ ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	-	(32.043)	-	-	(32.043)
Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	62.202	-	-	62.202
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	(284.091)	-	(284.091)
Saldo em 30 de setembro de 2012	542.163	339.052	340.429	616.687	108.433	-	877	110.267	554.853	-	2.631.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais

	30/09/12	30/09/11
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)	658.064	709.884
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	182.977	172.304
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	194.859	176.105
Valor residual do ativo intangível	6.008	10.984
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	20.240	31.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.719	61.935
	1.193.867	1.162.365
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(23.773)	(134.011)
Impostos e contribuições sociais a recuperar	(88.766)	(53.822)
Estoques	(1.101)	(3.544)
Depósitos judiciais	(35.906)	2.210
Despesas pagas antecipadamente	(7.568)	(4.656)
Entidade de previdência privada	4.867	(8.331)
Coligadas e controladas	(186)	(243)
Outros ativos	69.120	61.254
	(83.313)	(141.143)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	53.275	26.074
Salários e encargos a pagar	19.449	16.031
Encargos de dívidas e swap pagos	(153.100)	(146.557)
Taxas regulamentares	(116.756)	(392)
Impostos e contribuições sociais a recolher	(2.726)	4.667
Coligadas e Controladas	9	78
Indenizações/contingências pagas	(21.477)	(32.212)
Outras passivos	(47.566)	(9.231)
	(268.892)	(141.542)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	841.662	879.680
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	2.083	-
Aquisição de ativos intangíveis	(1.018.440)	(752.817)
Títulos e valores mobiliários	10.538	1.355
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.005.819)	(751.462)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	279.029	690.032
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(114.554)	(120.656)
Amortização do principal de debêntures	(57.189)	(155.321)
Obrigações vinculadas	155.787	109.125
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(53.632)	(584.456)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	209.441	(61.276)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	45.284	66.942
Caixa e equivalentes no início do período	180.756	101.277
Caixa e equivalentes no final do período	226.040	168.219
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	45.284	66.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
RECEITAS		
Vendas de energia, serviços e outros	5.891.211	5.103.376
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.719)	(61.936)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(4.941)	174
	<u>5.754.551</u>	<u>5.041.614</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.703.286)	(1.443.739)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(227.286)	(194.669)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.136.055)	(833.442)
	<u>(3.066.627)</u>	<u>(2.471.850)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.687.924	2.569.764
Amortização	(188.410)	(179.523)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.499.514	2.390.241
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	196.201	200.408
	<u>196.201</u>	<u>200.408</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.695.715	2.590.649
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	105.988	91.988
Encargos sociais (exceto INSS)	23.670	23.278
Entidade de previdência privada	4.918	3.241
Auxílio alimentação	10.037	7.649
Convênio assistencial e outros benefícios	4.134	3.788
Férias e 13º salário	24.856	20.594
Plano de saúde	10.180	8.075
Indenizações trabalhistas	2.574	15.338
Participação nos resultados	26.733	30.181
Administradores	1.813	2.195
Encerramento de ordem em curso	1.080	1.579
(-) Transferência para ordens	(68.918)	(56.027)
Subtotal	147.065	151.879
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	24.150	19.978
ICMS	971.971	859.516
PIS/COFINS sobre faturamento	283.614	257.271
Imposto de renda e contribuição social	103.209	97.486
Obrigações intra-setoriais	244.962	251.426
Outros	7.741	6.434
Subtotal	1.635.647	1.492.111
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	354.294	330.974
Aluguéis	3.856	3.284
Subtotal	358.150	334.258
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	-	85.025
Dividendos distribuídos	554.853	527.376
Subtotal	554.853	612.401
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	2.695.715	2.590.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia, e aos municípios de Delmiro Gouveia no Estado de Alagoas e Dianópolis no Estado de Tocantins, abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão n° 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA

2.1. Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária individual da Companhia relativa aos nove meses findos em 30 de setembro de 2012 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

2.2. Base de preparação

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, devem ser lidas em conjunto

Adicionalmente a demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

2.3 Reapresentação das cifras comparativas

As informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificadas, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/11		
	Balanço Patrimonial		
	Publicado	Reclassificado	Ref
Ativo Circulante			
Contas a receber	923.069	939.057	(a)
Outros ativos circulantes	38.688	22.700	(a)
Ativo Não Circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	74.753	-	(b)
Passivo Circulante			
Taxas regulamentares	52.454	54.233	(c)
Impostos e contribuições sociais diferidos	84.267	9.514	(b)
Outros passivos circulantes	180.056	178.277	(c) / (d)
Passivo Não Circulante			
Coligadas e controladora	-	80	(d)

Notas:

- (a) Reclassificação dos créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda (R\$ 16.146 em 31 de dezembro de 2011) do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a Receber e Encargos de Capacidade Emergencial e Aquisição de Energia Elétrica (R\$ 159 em 31 de dezembro de 2012) de Contas a Receber para Outros ativos Circulantes;
- (b) Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(c) Reclassificação dos Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional do grupo de Outros passivos circulantes para Taxas regulamentares;

(d) Segregação de partes relacionadas para fins de apresentação, neste caso, aluguel pago à Neoenergia, reclassificado da conta de outros passivos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil intermediária em 22/10/2012, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	49.405	37.025
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	58.421	74.730
Fundos de investimento	118.214	69.001
	<u>226.040</u>	<u>180.756</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 97% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Ref.	30/09/12	31/12/11
Consumidores	(a)	1.220.959	1.297.974
Títulos a receber		1.728	2.743
Comercialização de energia na CCEE	(b)	25.819	17.989
Disponibilização do sistema de distribuição		19.538	13.054
Serviços prestados a terceiros		12.132	11.407
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(c)	58.340	16.147
Outros créditos		44.914	61.061
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(295.559)	(224.716)
Total		1.087.871	1.195.659
Circulante		915.986	939.057
Não circulante		171.885	256.602

(a) Consumidores

	Saldo vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Setor privado							
Residencial	267.424	125.778	214.725	607.927	671.027	(260.708)	(191.058)
Industrial	91.782	6.351	12.053	110.186	130.349	(4.549)	(3.480)
Comercial, serviços e outras	134.154	29.620	36.077	199.851	212.418	(14.039)	(11.401)
Rural	45.233	9.708	19.842	74.783	63.771	(6.266)	(3.417)
	538.593	171.457	282.697	992.747	1.077.565	(285.562)	(209.356)
Setor público							
Poder público							
Federal	4.521	822	1.060	6.403	6.219	(398)	-
Estadual	8.246	2.142	607	10.995	10.645	(2)	-
Municipal	14.451	10.312	1.874	26.637	23.712	(28)	-
	27.218	13.276	3.541	44.035	40.576	(428)	-
Iluminação pública	24.536	7.970	1.487	33.993	35.445	(36)	-
Serviço público	39.677	3.931	2.180	45.788	39.980	(621)	(756)
Fornecimento não faturado	104.396	-	-	104.396	104.408	-	-
Total	734.420	196.634	289.905	1.220.959	1.297.974	(286.647)	(210.112)
Circulante				1.070.412	1.063.423	(286.647)	(210.112)
Não circulante				150.547	234.551	-	-

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(c) Subvenção à baixa renda – tarifa social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

(d) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	<u>Consumidores</u>	<u>Títulos a receber</u>	<u>Outros créditos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(210.112)	(1.572)	(13.032)	(224.716)
Adições	(247.163)	(865)	(7.665)	(255.693)
Reversões	109.751	1.000	13.222	123.973
Baixados a reserva	60.877	-	-	60.877
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>(286.647)</u>	<u>(1.437)</u>	<u>(7.475)</u>	<u>(295.559)</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/12	31/12/11
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	9.694	19.071
Banco Itaú	(2)	CDB	fev-13 / mai-14	CDIC	1.185	999
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	dez-12	CDI	14.323	16.312
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	set-18	CDI	20.865	19.698
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jul-16	CDI	15.310	15.961
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	412	2.390
Bradesco	(2)	LFT	mar-13 / jun-13	CDI	16	552
Bradesco	(2)	CDB	jan-13 / set-13 / abr-14	CDI	2.147	2.000
Caixa Econômica Federal		CDB	dez-12 / jun -13 / jan-13/ fev-14 / fev-17	CDI	14.894	5.555
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	2.086	4.727
Total					80.932	87.265
Circulante					39.744	34.667
Não Circulante					41.188	52.598

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras, no montante de R\$ 50.498;

(2) Constituem garantia de contrato de energia.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	62.836	39.736
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	58.368	6.483
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	49.103	43.399
Programa de integração social - PIS	(c)	3.093	1.430
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	14.030	15.093
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.503	1.354
Outros		743	742
		189.676	108.237
Não-Circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	68.353	56.382
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.412
		70.766	58.794
Total		260.442	167.031

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 116.110 (R\$ 97.478 em 31 de dezembro de 2011).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 1.341 (R\$ 2.303 em 31 de dezembro de 2011).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 20 – Provisões.

7. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Serviço próprio	20.800	15.970
Serviços prestados a terceiros	51.256	28.988
Total	<u>72.056</u>	<u>44.958</u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

8. OUTROS ATIVOS

	Ref.	30/09/12	31/12/11
Adiantamentos a empregados		1.820	459
Adiantamentos a fornecedores		78	1.042
Serviços prestados a terceiros		1.368	787
Alienações em curso		442	-
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	8.431	8.122
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	8.032	9.886
Cobrança extra judicial		528	834
Uso mútuo de postes		3.973	4.848
Sub-Rogação CCC		1.577	1.720
Outros créditos a receber		4.276	3.077
Total		30.525	30.775
Circulante		23.343	22.700
Não Circulante		7.182	8.075

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, no valor de R\$ 18.776, em favor da Companhia, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as sete primeiras parcelas anuais.

(b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Passivo (-)			
	30/09/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(123.918)	(30.943)	(26.520)	(6.593)
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(137.147)	(12.343)	(32.454)	(2.921)
Total		(43.286)		(9.514)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	30/09/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.641	34.641	61.338	61.338
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	145.557	145.557	127.763	127.763
Provisão PLR	11.609	11.609	2.560	2.560
Incentivo fiscal Sudene	13.848	-	6.575	-
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	141	141	-	-
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	1.996	1.996
Outros	16.432	16.432	16.794	16.794
Total Ativo	229.224	215.376	222.026	215.451
Passivo (-)				
Precatório Finsocial/PAES	(8.431)	(8.431)	(8.122)	(8.122)
Ajustes RTT				
Aplicação do "hedge accounting"	-	-	(1.647)	(1.647)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(167.235)	(166.616)	(72.995)	(72.355)
Ajuste da quota anual de amortização	(21.577)	(21.577)	(17.262)	(17.262)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(69.253)	(69.253)	(71.833)	(71.833)
Déficit plano previdenciário	(308)	(308)	(308)	(308)
Superávit plano previdenciário	(36.408)	(36.408)	(44.865)	(44.865)
Ativos e passivos regulatórios	(39.511)	(39.511)	(17.532)	(17.532)
Custo de captação	(10.419)	(10.419)	(13.982)	(13.981)
Total Passivo	(353.142)	(352.523)	(248.546)	(247.905)
Total Líquido	(123.918)	(137.147)	(26.520)	(32.454)

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos ativos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir, é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2012 e 2011.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Ref.	Período de três meses findos em			
	30/09/12		30/09/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	235.687	235.687	234.920	234.920
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.554)	(4.554)	(4.721)	(4.721)
Ajustes decorrentes do RTT	52	52	33	33
Juros sobre capital próprio	-	-	(28.342)	(28.342)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	231.185	231.185	201.890	201.890
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	57.797	20.807	50.473	18.170
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	4	-	4
Contribuições e doações	163	59	183	66
Multas indedutíveis	487	175	247	89
Depreciação veículos executivos	7	3	18	7
Outras adições	288	139	179	85
	945	380	627	251
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(2.210)	(796)	(2.292)	(826)
Incentivo fiscal SUDENE	(35.973)	-	(35.333)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(1.825)	-	(1.381)	-
Ajustes decorrentes do RTT	(7.993)	-	(3.528)	-
Outras exclusões	-	-	(75)	-
	(48.001)	(796)	(42.609)	(826)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	10.741	20.391	8.491	17.595
Corrente	8.797	16.814	14.064	18.331
Diferido	1.943	3.577	(5.573)	(736)
	10.740	20.391	8.491	17.595

Ref.	Período de nove meses findos em			
	30/09/12		30/09/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	658.062	658.062	709.887	709.887
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(13.662)	(13.662)	(14.163)	(14.163)
Ajustes decorrentes do RTT	137	137	91	91
Juros sobre capital próprio	-	-	(85.025)	(85.025)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	644.537	644.537	610.790	610.790
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	161.134	58.008	152.698	54.971
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	13	-	11
Contribuições e doações	181	65	184	66
Multas indedutíveis	1.994	718	389	140
Depreciação veículos executivos	39	14	68	25
Outras adições	224	107	898	1.162
	2.438	917	1.539	1.404
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(6.631)	(2.387)	(6.873)	(2.474)
Incentivo fiscal SUDENE	(119.389)	-	(112.005)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(2.725)	-	(2.409)	-
Ajustes decorrentes do RTT	(1.818)	-	(3.528)	-
	(130.563)	(2.387)	(124.815)	(2.474)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	33.009	56.538	29.422	53.901
Corrente	32.331	55.639	40.119	56.481
Diferido	678	899	(10.697)	(2.580)
	33.009	56.538	29.422	53.901

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (Contratos de Concessão).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>Ref.</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Trabalhistas		96.977	77.402
Cíveis		50.309	31.121
Fiscais:		<u>30.222</u>	<u>28.767</u>
PIS / COFINS		12.299	11.856
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	7.803	7.329
Impostos municipais	(b)	2.207	2.174
ICMS	(c)	5.804	5.717
INSS		660	654
Outros		1.449	1.037
Outros		<u>3.356</u>	<u>2.519</u>
Total		<u><u>180.864</u></u>	<u><u>139.809</u></u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes a substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	659.635
Baixas	(448)
Transferências (a)	811.184
Atualização monetária / valor justo	94.244
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>1.564.615</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(a) Transferência do Intangível devido a remensuração da infraestrutura da concessão, em decorrência das novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 474/12 (vide comentários nota 12) no montante de R\$ 515.109 e transferência do intangível pelo processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 296.075.

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/2012				31/12/11	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,81	3.824.183	(1.112.119)	(284.793)	2.427.271	2.592.776
Em curso						
Direito de uso da concessão		669.834		61.686	731.520	688.086
Total		<u>4.494.017</u>	<u>(1.112.119)</u>	<u>(223.107)</u>	<u>3.158.791</u>	<u>3.280.862</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.873.917	(896.521)	(384.620)	2.592.776	600.743	87.343	688.086	3.280.862
Adições	-	-	-	-	1.018.440	(155.785)	862.655	862.655
Baixas	(28.174)	25.494	-	(2.680)	(2.880)	-	(2.880)	(5.560)
Amortizações	-	(241.092)	62.695	(178.397)	-	-	-	(178.397)
Transferências - Intangíveis	585.332	-	(54.968)	530.364	(585.332)	54.968	(530.364)	-
Transferências - Ativos financeiros	(606.892)	-	91.782	(515.110)	(361.717)	65.643	(296.074)	(811.184)
Transferências - Outros	-	-	318	318	580	9.517	10.097	10.415
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>3.824.183</u>	<u>(1.112.119)</u>	<u>(284.793)</u>	<u>2.427.271</u>	<u>669.834</u>	<u>61.686</u>	<u>731.520</u>	<u>3.158.791</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – concessão do serviço público. (Vide nota explicativa nº 11).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avalia anualmente o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	30/09/12	31/12/11
Energia elétrica:	229.845	220.632
Terceiros	186.456	176.539
Partes relacionadas	43.389	44.093
Encargos de uso da rede	30.965	26.239
Terceiros	28.988	24.165
Partes relacionadas	1.977	2.074
Materiais e serviços	186.081	148.459
Terceiros	185.706	147.878
Partes relacionadas	375	581
Energia livre	27.114	25.397
Total	474.005	420.727
Circulante	446.891	395.330
Não circulante	27.114	25.397

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	30/09/12	31/12/11
Moeda nacional							
BNB		1.684	-	70.864	287.955	360.503	389.340
(-) Custos de transação	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	-	-	(959)	(1.977)	(2.936)	(3.752)
		1.684	-	69.905	285.978	357.567	385.588
BNDES FINEM		1.966	-	92.280	613.643	707.889	521.705
(-) Custos de transação	8,06% a.a.	-	-	(30)	(20)	(50)	(81)
		1.966	-	92.250	613.623	707.839	521.624
Eletrobrás		715	-	24.241	149.317	174.273	170.163
(-) Custos de transação	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	-	(197)	(877)	(1.074)	(636)
		715	-	24.044	148.440	173.199	169.527
FINEP		99	-	8.963	39.583	48.645	51.497
(-) Custos de transação	5,27% a.a. a 5,41% a.a.	-	-	(103)	(205)	(308)	(358)
		99	-	8.860	39.378	48.337	51.139
Banco do Brasil		20.523	31.728	90.000	408.158	550.409	536.072
(-) Custos de transação	13,55% a.a. / 13,76% a.a.	-	-	(1.548)	(2.050)	(3.598)	(5.365)
Operações com swap	99,5% do CDI	-	-	-	(13.094)	(13.094)	(6.014)
		20.523	31.728	88.452	393.014	533.717	524.693
BONDS BRL		19.975	-	-	400.000	419.975	408.225
(-) Custos de transação	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	-	-	(865)	(2.228)	(3.093)	(3.627)
		19.975	-	(865)	397.772	416.882	404.598
Total moeda nacional		44.962	31.728	282.646	1.878.205	2.237.541	2.057.169
Moeda estrangeira							
Títulos Externos	Libor + 1,875% a.a	2.053	-	5.606	299.046	306.705	273.156
Operações com swap	106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	-	-	13.575	(31.022)	(17.447)	9.214
		2.053	-	19.181	268.024	289.258	282.370
Total moeda estrangeira		2.053	-	19.181	268.024	289.258	282.370
Total		47.015	31.728	301.827	2.146.229	2.526.799	2.339.539

(a) Captações e renegociações de recursos no trimestre:

a.1) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A Companhia recebeu o montante de R\$ 3.516 no 3º trimestre de 2012 para financiar o Projeto de Inovação, provenientes do Contrato de Financiamento assinado em outubro de 2009.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

a.2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Neste trimestre foi liberado o valor de R\$ 175.000 para financiamento dos investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

Os financiamentos denominados Títulos Externos e BONDS contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

Títulos Externos - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

Nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2012, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(c) Garantias

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, aval do acionista controlador, imóveis administrativos e títulos e valores mobiliários vinculados (contas reservas).

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

	30/09/12			31/12/11		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2013	63.486	(843)	62.643	189.194	(3.371)	185.823
2014	570.124	(3.243)	566.881	503.330	(3.128)	500.202
2015	628.019	(1.905)	626.114	562.849	(1.801)	561.048
2016	612.826	(776)	612.050	560.854	(700)	560.154
2017	177.381	(301)	177.080	125.407	(244)	125.163
Após 2017	133.480	(291)	133.189	94.310	(134)	94.176
Total	<u>2.185.316</u>	<u>(7.359)</u>	<u>2.177.957</u>	<u>2.035.944</u>	<u>(9.378)</u>	<u>2.026.566</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	280.726	1.776.443	32.247	250.123	2.339.539
Ingressos	-	279.030	-	-	279.030
Encargos	129.240	10.835	5.835	-	145.910
Variação monetária e cambial	-	-	415	23.220	23.635
Swap	-	(3.051)	5.934	(15.450)	(12.567)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	32	(4.862)	6.900	2.070
Transferências	145.619	(152.640)	(3.231)	3.231	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(231.451)	-	(15.104)	-	(246.555)
(-) Custos de transação	3.474	(716)	-	-	2.758
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>327.608</u>	<u>1.909.933</u>	<u>21.234</u>	<u>268.024</u>	<u>2.526.799</u>

15. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	30/09/12			31/12/11	
						Encargos	Principal		Total	Total
						Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		225	6.465	5.361	12.051	17.470
Operações com swap					IGPM+13,95	-	15.673	13.802	29.475	40.398
						225	22.138	19.163	41.526	57.868
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		5.379	78.641	117.997	202.017	238.116
(-) Custos de transação						-	(268)	(141)	(409)	(705)
						5.379	78.373	117.856	201.608	237.411
7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		1.830	80.000	-	81.830	80.280
(-) Custos de transação						-	(26)	-	(26)	(95)
						1.830	79.974	-	81.804	80.185
Total						<u>7.434</u>	<u>180.485</u>	<u>137.019</u>	<u>324.938</u>	<u>375.464</u>

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêm a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	30/09/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total líquido	Debêntures	Custos Transação	Total líquido
2013	39.321	(48)	39.273	177.389	(236)	177.153
2014	97.839	(93)	97.746	95.472	(93)	95.379
Total	137.160	(141)	137.019	272.861	(329)	272.532

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	102.932	272.532	375.464
Encargos	21.985	-	21.985
Varição monetária e cambial	430	68	498
Swap	2.485	2.712	5.197
Efeito cumulativo marcação a mercado	(274)	(8)	(282)
Transferências	138.285	(138.285)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(78.290)	-	(78.290)
(-) Custos de transação	366	-	366
Saldos em 30 de setembro de 2012	187.919	137.019	324.938

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	30/09/12	31/12/11
Salários	3.616	5.384
Encargos sociais	9.554	6.619
Provisões férias e 13º salário	26.008	15.883
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.501	2.745
Provisão PLR	11.893	2.560
Outros	202	135
Total	52.775	33.326

17. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	30/09/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR		27.601	17.006
Conta de Consumo de Combustível – CCC		8.740	16.255
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		3.162	2.850
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.584	1.519
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		262	260
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	35.111	34.160
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	7.429	10.431
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		760	760
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		1.840	1.779
Total		86.489	85.020
Circulante		73.679	54.233
Não Circulante		12.810	30.787

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs 300/2008 e 316/2008.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/12	31/12/11
Circulante		
Imposto de renda - IR	37.884	3.712
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	55.957	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	65.940	72.810
Programa de integração social - PIS	7.290	7.289
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	32.532	32.844
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	8.104	6.928
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	801	1.116
Imposto sobre serviços - ISS	4.198	4.481
Outros	4.552	3.723
	<u>217.258</u>	<u>132.903</u>
Não-Circulante		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	3.362	2.361
Programa de integração social - PIS	306	292
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	429	415
	<u>4.097</u>	<u>3.183</u>
Total	<u><u>221.355</u></u>	<u><u>136.086</u></u>

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Assembleia de Acionistas da Companhia aprovou a declaração de dividendos propostos e distribuição de reserva de lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
<u>2012</u>					
AGOE de 18 de abril de 2012	Dividendos	219.021	1,1283426	1,1283426	1,2411769
AGOE de 18 de abril de 2012	Dividendos - Reserva	65.069	0,3352206	0,3352206	0,3687427
		<u>284.091</u>			

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar acumulada até o terceiro trimestre de 2012, é como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Saldos em 31 de dezembro de 2011	31.247
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	284.091
Pagos no período	(53.627)
Prescritos	(428)
Saldos em 30 de setembro de 2012	261.283

20. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 21.033, classificada no passivo circulante (R\$ 18.403 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 124.524 no não circulante (R\$ 109.361 em 31 de dezembro de 2011) estão compostas como segue:

	Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	73.993	43.950	9.821	127.764
Constituição	18.135	15.693	706	34.534
Baixas/reversão	(15.442)	(20.330)	-	(35.772)
Remuneração	12.866	5.681	484	19.031
Saldos em 30 de setembro de 2012	89.552	44.994	11.011	145.557

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Contingências Trabalhistas	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		30/09/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	52.273	1ª, 2ª e 3ª	Provável	52.273	40.610
	219.202	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	49.204	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	32.867	1ª, 2ª e 3ª	Provável	32.867	28.723
	178.622	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	62.743	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	4.412	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.412	4.660
	44.762	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	19.986	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	664.071			89.552	73.993

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingências Cíveis	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		30/09/12	31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	10.821	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.821	10.836
Indenização por perdas	32.117	1ª, 2ª e 3ª	Provável	32.117	30.593
	504.648	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	10.980	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	1.819	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Comerc. energia e produtos	2	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2	-
	15.741	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	14.520	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	853	1ª, 2ª e 3ª	Provável	853	612
	49.473	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	2.224	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório	3.969	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Societário Ações	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	1.742
	72	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de Energia Elétrica	938	1ª, 2ª e 3ª	Provável	938	2
Racionamento de Energia Elétrica	26.381	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	263	1ª, 2ª e 3ª	Provável	263	165
	3.161	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	328	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	678.310			44.994	43.950

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.

(3) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		30/09/12	31/12/11
ICMS	(1)	143 104.321	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível	143 -	136 -
ISS	(2)	2.152 18.399 626	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível Remota	2.152 - -	2.049 - -
CPMF		4.801	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSSL	(3)	10.925	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(4)	4 787 1.384	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível Remota	4 - -	3 - -
REFIS	(5)	17.995	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(6)	63.754	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(7)	5.502 17.506	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
IRPJ / CSSL / IRRF	(8)	415.728	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(9)	5.030	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.030	4.789
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(10)	2.347 275	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
CIDE	(11)	5.047 455	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Possível Remota	- -	- -
Taxas Diversas		1.850	Administrativa	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(12)	4.777	Judicial	Possível	-	-
Outras		3.682 402	1ª, 2ª e 3ª 1ª, 2ª e 3ª	Provável Possível	3.682 -	2.844 -
Total		687.891			11.011	9.821

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS

(1.1) Auto de Infração lavrado pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como provável.

(1.2) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(1.3) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(1.4) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(2) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(3) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis as contribuintes.

(4) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(5) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(6) PIS/COFINS

(6.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(6.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(7) COFINS

(7.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(7.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(8) IRPJ / CSLL / IRRF

(8.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

(8.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(9) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(10) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações.

(11) CIDE

(11.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(11.2) Despacho Decisório que indeferiu o pedido de compensação de débito de CIDE, do ano-calendário 2003, com crédito da mesma contribuição apurado em dezembro de 2001. A SRF alegou que não conseguiu visualizar a existência do crédito fiscal informado nas obrigações acessórias (DCTF) e indeferiu o processo. A Companhia impetrou recurso administrativo e está aguardando o julgamento.

(12) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

21. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/12	31/12/11
Consumidores	(1)	35.400	41.996
Plano de saúde (fundo de reserva)	(2)	9.748	13.146
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		2.861	171
Convênios		2.741	147
Caução em garantia	(3)	65.285	46.704
FGTS Conta empresa		207	207
Encargos CBEE		119	167
Adiantamentos recebidos		32.475	23.362
Devolução recursos Eletrobrás	(4)	-	70.189
Outras		5.891	6.206
Total		<u>154.727</u>	<u>202.295</u>
Circulante		<u>117.394</u>	<u>178.277</u>
Não circulante		37.333	24.018

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco, por parte da Companhia e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos – empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas com assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(4) Conforme estabelecido no Manual de Operacionalização Financeira do Programa Luz para Todos, o resultado do processo de encerramento do crédito do Contrato ECFS-239/2008 e aditivo, aprovado pela Eletrobrás, MME e Coelba, resultou em saldo a ser devolvido, a título de restituição de adiantamentos de recursos de RGR e CDE. Os recursos devolvidos foram atualizados pela taxa SELIC desde a data de aprovação do processo de encerramento do crédito até o dia do efetivo pagamento.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	282.702.410	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.242	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.731	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.683	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no período de três meses findo em 30 de setembro de 2012 o valor de R\$ 35.974 (R\$ 35.444 em 30 de setembro 2011) e para o período acumulado do ano o valor de R\$ 119.391 (R\$ 112.001 em 30 de setembro 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

23. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

Ref.	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos		
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	
Fornecimento de energia elétricas	(a)	661.337	558.780	1.915.979	1.568.872
Receita de operação e manutenção		590.204	531.833	1.698.933	1.496.278
Remuneração financeira wacc		71.133	26.947	217.046	72.594
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	28.410	3.477	30.840	18.967
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	969.143	965.353	3.054.976	2.865.116
Receita de operação e manutenção		964.782	964.788	3.042.788	2.863.704
Remuneração financeira wacc		4.361	565	12.188	1.412
Receita de construção da infraestrutura da concessão		363.690	235.034	842.391	607.372
Outras receitas	(d)	15.926	19.194	47.025	43.049
Total receita bruta		2.038.506	1.781.838	5.891.211	5.103.376
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(533.742)	(525.502)	(1.673.933)	(1.521.792)
Total receita operacional líquida		1.504.764	1.256.336	4.217.278	3.581.584

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Consumidores:						
Residencial	4.504.366	4.426.839	1.315.709	1.313.066	649.877	594.022
Industrial	19.853	20.747	706.036	925.513	240.100	282.971
Comercial	313.171	311.133	661.058	675.102	359.835	344.796
Rural	200.426	199.077	375.685	362.764	83.548	74.626
Poder público	46.393	46.382	147.005	143.855	71.852	66.237
Iluminação pública	16.160	16.051	197.946	184.969	43.489	38.724
Serviço público	9.475	8.697	202.832	190.013	53.687	45.652
Consumo próprio	394	335	3.370	3.172	-	-
Suprimento	1	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(2.530)	(15.525)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(921.443)	(936.220)
	<u>5.110.239</u>	<u>5.029.262</u>	<u>3.609.641</u>	<u>3.798.454</u>	<u>578.415</u>	<u>495.283</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	82.922	63.497
Total	<u>5.110.239</u>	<u>5.029.262</u>	<u>3.609.641</u>	<u>3.798.454</u>	<u>661.337</u>	<u>558.780</u>

	Período de nove meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Consumidores:						
Residencial	4.504.366	4.426.839	4.140.386	4.010.465	2.041.180	1.738.954
Industrial	19.853	20.747	2.154.830	2.679.029	704.956	777.110
Comercial	313.171	311.133	2.124.446	2.114.562	1.119.706	1.024.356
Rural	200.426	199.077	1.036.987	849.324	231.021	180.227
Poder público	46.393	46.382	467.376	451.352	218.538	195.026
Iluminação pública	16.160	16.051	586.757	564.818	126.861	113.484
Serviço público	9.475	8.697	611.962	567.249	153.605	129.477
Consumo próprio	394	335	10.791	10.110	-	-
Suprimento	1	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(12)	(1.066)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(2.923.717)	(2.782.993)
	<u>5.110.239</u>	<u>5.029.262</u>	<u>11.133.536</u>	<u>11.246.909</u>	<u>1.672.138</u>	<u>1.374.575</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	243.841	194.297
Total	<u>5.110.239</u>	<u>5.029.262</u>	<u>11.133.536</u>	<u>11.246.909</u>	<u>1.915.979</u>	<u>1.568.872</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “tUSD média” calculada a partir da tUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não revisadas

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.282 de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2012, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 10,73%, sendo 7,53% relativo ao reajuste econômico e de 3,19% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 6,57% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	<u>Ref.</u>	
Receita Anual (RA0)	(1)	<u>4.561.432</u>
Encargos Setoriais		415.751
Compra de Energia Elétrica		2.273.278
Transporte de Energia		283.208
Parcela A		<u>2.972.237</u>
Remuneração Bruta de Capital - Parcela B		<u>1.932.837</u>
Receita Requerida (Parcela A +B)	(2)	<u>4.905.074</u>
CVA e Neutralidade		(58.434)
Componentes Financeiros		151.602
Subsídios Tarifários		63.426
Total Comp. Financeiros e Subsídios	(3)	<u>156.594</u>
Reajuste Econômico [(2) / (1)]	(4)	7,53%
Componentes Financeiros e Subsídios [(3) / (2)]	(5)	3,19%
Reajuste Tarifário Total [(4) + (5)]		<u>10,72%</u>
Reajuste Percebido pelo Consumidor*		<u>6,57%</u>

(*) Informações não revisadas

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2012 com vigência até 21 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 7,36%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 6,15%.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	47.700	29.133	131.259	82.123
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo (1)	921.443	936.220	2.923.717	2.782.993
	<u>969.143</u>	<u>965.353</u>	<u>3.054.976</u>	<u>2.865.116</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Outras Receitas

	Período de três meses findos		Período de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda da prestação de serviços	3.541	7.240	10.141	14.832
Arrendamentos e Aluguéis	7.094	6.547	21.626	17.463
Serviço taxado	3.472	1.222	8.207	3.627
Taxa de iluminação pública	1.178	1.099	3.751	3.583
Administração de faturas de fraudes	(825)	2.024	(217)	(68)
Comissão serviço terceiros	992	1.062	3.043	3.612
Outras receitas	474	-	474	-
Total	<u>15.926</u>	<u>19.194</u>	<u>47.025</u>	<u>43.049</u>

(e) Deduções da Receita Bruta

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
IMPOSTOS:				
ICMS	(314.974)	(296.051)	(971.971)	(859.516)
PIS	(26.137)	(25.562)	(81.951)	(73.710)
COFINS	(120.269)	(118.514)	(377.441)	(340.125)
ISS	(1.398)	(1.471)	(4.450)	(3.678)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(21.305)	(13.861)	(58.355)	(41.011)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(9.487)	(8.551)	(28.460)	(25.653)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(26.221)	(48.764)	(108.721)	(140.860)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(5.076)	(4.712)	(15.512)	(13.774)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.029)	(1.880)	(6.198)	(5.494)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.014)	(940)	(3.099)	(2.747)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.029)	(1.880)	(6.198)	(5.494)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(3.043)	(2.819)	(9.298)	(8.240)
Outros	(760)	(497)	(2.279)	(1.490)
Total	<u>(533.742)</u>	<u>(525.502)</u>	<u>(1.673.933)</u>	<u>(1.521.792)</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	30/09/12			30/09/11	
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(17.056)	(19.925)	(24.990)	(61.971)	(56.903)
Administradores	-	-	(750)	(750)	(656)
Entidade de previdência privada	(1.127)	(512)	(748)	(2.387)	993
Material	(1.965)	(311)	(359)	(2.635)	(3.749)
Serviços de terceiros	(23.554)	(50.717)	(18.005)	(92.276)	(65.059)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(2.281)	-	-	(2.281)	(2.280)
Energia elétrica comprada para revenda	(520.799)	-	-	(520.799)	(442.532)
Encargos de uso do sistema transmissão	(72.890)	-	-	(72.890)	(64.277)
Depreciação e amortização	(52.962)	(9.193)	(2.599)	(64.754)	(58.352)
Arrendamentos e aluguéis	(201)	(62)	(976)	(1.239)	(936)
Tributos	(365)	(120)	(27)	(512)	(180)
Provisões líquidas - PCLD	(3.238)	(1.949)	-	(5.187)	(30.361)
Perdas conta a receber/consumidores	(12.992)	(7.389)	-	(20.381)	(6.635)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(5.263)	(5.263)	(12.769)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(363.690)	-	-	(363.690)	(235.034)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(726)	(726)	1.261
Outros	(549)	(1.304)	(3.880)	(5.733)	1.234
Total custos / despesas	(1.073.669)	(91.482)	(58.323)	(1.223.474)	(976.235)

Custo / Despesas	Período de nove meses findos em				
	30/09/12			30/09/11	
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(43.463)	(52.765)	(67.908)	(164.136)	(165.982)
Administradores	-	-	(2.161)	(2.161)	(2.634)
Entidade de previdência privada	(3.244)	(1.608)	(66)	(4.918)	(3.241)
Material	(5.255)	(1.012)	(956)	(7.223)	(8.972)
Serviços de terceiros	(61.611)	(142.908)	(50.898)	(255.417)	(188.619)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(6.842)	-	-	(6.842)	(6.663)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.553.222)	-	-	(1.553.222)	(1.313.181)
Encargos de uso do sistema transmissão	(207.536)	-	-	(207.536)	(177.145)
Depreciação e amortização	(145.661)	(30.421)	(6.895)	(182.977)	(172.305)
Arrendamentos e aluguéis	(662)	(144)	(2.769)	(3.575)	(3.031)
Tributos	(435)	(2.092)	(764)	(3.291)	(2.756)
Provisões líquidas - PCLD	(47.346)	(23.495)	-	(70.841)	(32.175)
Perdas conta a receber/consumidores	(40.271)	(20.607)	-	(60.878)	(29.761)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(15.315)	(15.315)	(13.147)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(842.391)	-	-	(842.391)	(607.372)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(4.941)	(4.941)	174
Outros	(1.282)	(3.666)	(10.511)	(15.459)	(14.321)
Total custos / despesas	(2.959.221)	(278.718)	(163.184)	(3.401.123)	(2.741.131)

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Renda de aplicações financeiras	5.272	9.750	14.404	24.893
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	20.716	13.909	62.502	48.592
Variação monetária	5.059	26.919	22.500	43.510
Variação cambial	3.016	634	29.612	19.741
Operações swap	5.705	36.022	55.845	49.421
Outras receitas financeiras	4.496	6.217	11.338	14.251
Total	44.264	93.451	196.201	200.408

Despesa Financeira	Período de três meses findos		Período de nove meses findos	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Encargos de dívida	(47.261)	(47.190)	(141.309)	(125.319)
Variação monetária	(14.442)	(20.518)	(43.546)	(56.107)
Variação cambial	(4.494)	(47.587)	(53.802)	(49.940)
Operações swap	(9.253)	(11.783)	(53.790)	(59.529)
Multas regulatórias	(4.973)	(7.081)	(25.186)	(23.318)
Outras despesas financeiras	(9.444)	(4.473)	(36.661)	(16.761)
Total	(89.867)	(138.632)	(354.294)	(330.974)

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/12			31/12/11		30/09/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CELPE	b)	Uso da Rede	-	308	(5.585)	-	541	-
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	835	-	-	592	-	-
			<u>835</u>	<u>308</u>	<u>(5.585)</u>	<u>592</u>	<u>541</u>	<u>-</u>
COSERN	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	163	-	-	110	-	-
TERMOPERNAMBUCO	a.1)	Energia comprada	-	11.598	(61.189)	-	10.972	-
ITAPEBI	g)	Energia fornecida	63	-	182	23	-	-
	a)	Energia comprada	-	26.755	(241.266)	-	26.854	-
	h)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.312	-	-	742	-	-
			<u>1.375</u>	<u>26.755</u>	<u>(241.084)</u>	<u>765</u>	<u>26.854</u>	<u>-</u>
NC ENERGIA	a.1)	Energia comprada	-	688	(6.564)	-	1.865	-
BAGUARI I	a.2)	Energia comprada	-	395	(2.605)	-	396	-
BAHIA PCH I	b)	Uso da Rede	65	-	565	62	-	-
RIO PCH I	a.2)	Energia comprada	-	132	(871)	-	134	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Prestação de serviço	31	-	227	28	-	-
GOIAS SUL	a.2)	Energia comprada	-	242	(1.592)	-	244	-
SE NARANDIBA	c/d)	Uso da Rede	-	341	(2.422)	-	357	-
AFLUENTE GERAÇÃO	b)	Energia comprada	-	1.915	(17.387)	-	1.949	-
	c)	Uso da Rede	91	-	807	95	-	-
			<u>91</u>	<u>1.915</u>	<u>(16.580)</u>	<u>95</u>	<u>1.949</u>	<u>-</u>
AFLUENTE TRANSMISSÃO	c/d)	Uso da Rede	8	1.328	(8.305)	-	1.176	-
	e)	Aluguel/Comodato	-	-	(14)	-	2	-
			<u>8</u>	<u>1.328</u>	<u>(8.319)</u>	<u>-</u>	<u>1.178</u>	<u>-</u>
ÁGUAS DA PEDRA	a.2)	Energia comprada	-	1.664	(10.945)	-	1.679	-
Banco do Brasil S.A.		Aplicações Financeiras	878	-	(247)	-	-	-
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição Patronal	-	-	6.837	-	-	(715)
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	250.609	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	25.001	-
		Contrato de Mútuo	45	-	450	-	-	-
		Adiantamento - AFAC	-	2.402	-	-	2.402	-
		Aluguel/Comodato	-	83	(748)	-	78	-
			<u>45</u>	<u>253.094</u>	<u>(298)</u>	<u>-</u>	<u>27.481</u>	<u>-</u>
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	1.446	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	630	-
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	5.361	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	1.985	-
Amara Brasil	f)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	375	-	-	581	(16)
Outros Minoritários		Dividendos	-	3.351	-	-	2.733	-
		Juros sobre capital próprio	-	516	-	-	898	-
			<u>-</u>	<u>3.867</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.631</u>	<u>-</u>

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Itapebi – Contratos n°s 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Aflente Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 01 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nº 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de janeiro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Aflente Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. com vigência até agosto de 2027.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Aflente Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Aflente, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Aflente, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluente, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de Locação de Imóveis

Neoenergia S/A - Contratos nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluente Transmissão - Contratos nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600014414, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.

(g) Contratos de Energia Fornecida

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

(h) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores para o período findo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 1.980 (R\$ 2.351 em 30 de setembro de 2011). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

i) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

27. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 30 de setembro de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores justos.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:
 - ✓ O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
 - ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000 é considerado como item objeto de hedge econômico e está contabilizado pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para refinanciamento de dívida e financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge econômico e estão contabilizados pelo custo amortizado.
- Instrumentos Financeiros Derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	30/09/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	226.040	226.040	180.756	180.756
Títulos e valores mobiliários	80.932	80.932	87.265	87.265
Contas a receber de clientes e outros (a)	1.087.871	1.087.871	1.195.659	1.195.659
Passivo				
Fornecedores	(474.005)	(474.005)	(420.727)	(420.727)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(109.790)	(109.790)	(124.990)	(124.990)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(2.140.845)	(2.140.845)	(1.938.192)	(1.938.192)
Debêntures em moeda nacional	(283.413)	(282.963)	(317.594)	(317.029)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(318.755)	(318.755)	(290.628)	(290.628)
Instrumentos financeiros derivativos	1.066	1.066	(43.599)	(43.599)

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de "hedge" para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de "hedge" para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) R\$ 100.000, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

✓ Risco de Variação Cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2012 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 923 (R\$ 39.871, resultado positivo em 30 de setembro de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

	Variação na taxa do US\$	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
3º trimestre 2012	-1,26%	(0,60)	(0,60)
3º trimestre 2011	-0,60%	(0,28)	(0,28)

✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo na operação de “hedge” de taxa de juros no montante de R\$ 639 (R\$ 4.811, resultado positivo em 30 de setembro de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, que possa impactar no lucro da Companhia.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
 30 de setembro de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
<u>30/09/2012</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	(94)	(2.012)	(2.012)
SELIC	(134)	(7)	(7)
Passivos Financeiros			
CDI	(94)	9.700	9.700
TJLP	(12)	523	523
IGPM	334	(1.914)	(1.914)
<u>30/09/2011</u>			
Ativos Financeiros			
CDI	24	293	293
SELIC	29	3	3
Passivos Financeiros			
CDI	24	(2.683)	(2.683)
IGPM	48	(870)	(870)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

✓ **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de setembro 2012 a Companhia mantinha um total de aplicações de R\$ 176.635, sendo R\$ 118.214 em fundos exclusivos e R\$ 58.421 em outros ativos.

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (Notas 14 e 15).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

- ✓ Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

Notas Explicativas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma)

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de setembro, foi publicada a Medida Provisória nº 579, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, dispondo sobre a prorrogação de concessões de geração, transmissão e distribuição e pela redução dos encargos setoriais com vistas à redução das tarifas aos consumidores finais de energia elétrica.

Com a referida medida passou a ser possível a prorrogação das concessões alcançadas pelos artigos 17 e 19 da Lei nº 9.074, de 1995, que estariam vencendo nos próximos anos, mediante a aceitação do atual concessionário de novas condicionantes com vistas a redução do preço de venda de energia e da receita anual permitida. A concessão da Coelba para distribuição de energia é posterior a Lei nº 9074, de 1995, não sendo afetada por essa mudança.

Pela Medida também será encerrado, a partir de 2013, o recolhimento pelas distribuidoras dos encargos referentes à Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR, sendo passível de redução o atual recolhimento para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, em face de aporte anual de recursos do Tesouro Nacional

Os efeitos decorrentes dessas alterações serão considerados no cálculo das tarifas aos consumidores finais de todas as concessionárias de distribuição, por meio de revisão tarifária extraordinária até 05 de fevereiro de 2013.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA ("Companhia"), contidas no Formulário de informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2011, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 24 de outubro de 2011 e 23 de janeiro de 2012, respectivamente, sem ressalvas.

Salvador, 26 de outubro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" BA

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Reclassificação de saldo do código 2.03.04.08 para código 2.03.05 no Balanço Patrimonial Passivo.